

# A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Camila Ferracini Origuéla<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar a produção e a comercialização de hortaliças e arroz agroecológicos em assentamentos rurais localizados no Rio Grande do Sul, mais especificamente na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)<sup>2</sup>. Essa é uma das principais experiências de luta por autonomia tanto na produção como na comercialização de alimentos agroecológicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Movimento por intermédio das suas lutas e cooperativas tem papel fundamental nessa experiência, assim como o Estado através das suas instituições e políticas públicas. Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica, levantamento e sistematização de dados e entrevistas semi-estruturadas.

**Palavras-chave:** Produção de alimentos; comercialização de alimentos; agroecologia; assentamentos rurais; MST.

## Introdução

Os oligopólios que compõem o sistema agroalimentar global determinam a produção e a comercialização de alimentos e *commodities* agrícolas em escala global. Eles determinam não só as suas atividades, mas também a de outros sujeitos sociais, como os camponeses, numa relação de subalternidade. Todavia, os camponeses resistem e lutam por maior autonomia, ainda que relativa, no cultivo, beneficiamento e comercialização de alimentos, sobretudo agroecológicos. É nesse contexto que diferentes experiências são construídas.

O objetivo deste artigo é analisar a produção e a comercialização de alimentos agroecológicos em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, mais precisamente os casos das hortaliças e do arroz na RMPA. O cultivo de hortaliças agroecológicas teve início no final da década de 1980 com a implantação dos primeiros assentamentos rurais nessa porção do território. Atualmente, 158 famílias se destinam à produção de hortaliças agroecológicas. A certificação ocorre via Organização de Controle Social (OCS) ou via Organização Participativa de Avaliação da Conformidade (OPAC). Em 2017 foi inaugurada a agroindústria de vegetais “Terra Livre” no assentamento Itapuí, município de Nova Santa Rita. Agora, além dos produtos *in natura*, têm-se o beneficiamento desses alimentos. A comercialização das hortaliças ocorre através de mercados institucionais, cestas e feiras agroecológicas e loja da reforma agrária.

O cultivo de arroz agroecológico teve início no final da década de 1990 em virtude da crise econômica na cadeia produtiva do arroz convencional. O arroz é um dos cereais mais produzidos e consumidos no mundo. No Brasil, faz parte da alimentação diária da população. O Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz do país, respondendo por quase 70% da produção nacional, seguido dos estados do Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina. Enquanto na região Sul predomina o sistema de cultivo irrigado, nas outras regiões predomina o sistema de cultivo de terras altas. Disputando territórios com o arroz convencional, o cultivo

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). E-mail: [ferracinicamila@yahoo.com.br](mailto:ferracinicamila@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Porto Alegre é a capital do estado do Rio Grande do Sul e a região metropolitana é formada por 33 municípios e em oito de seus municípios existem assentamentos rurais vinculados ao MST, que são: Capela de Santana, Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, Montenegro, Nova Santa Rita, São Jerônimo e Viamão. No total são 17 assentamentos rurais e 1.172 famílias.

agroecológico tem se tornado expressivo no estado. De acordo com o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), a produção de arroz agroecológico nos assentamentos rurais pode ser considerada a maior experiência desse tipo na América Latina. Além de abastecer o mercado interno por intermédio de mercados institucionais, feiras agroecológicas e lojas da reforma agrária, cerca de 30% do arroz agroecológico é vendido para a empresa Solstbio, que o exporta para países como Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Nova Zelândia, Noruega, Chile e México<sup>3</sup>.

O artigo está estruturado em cinco tópicos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro tópico, apresentaram-se os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa, que foram: a) revisão bibliográfica; b) pesquisa documental; c) levantamento e sistematização de dados; e d) pesquisa qualitativa. No segundo tópico, abordaram-se as concepções teórico-metodológicas a respeito da subalternidade, resistência e autonomia (relativa) do campesinato em contextos hostis à sua existência e reprodução. No terceiro tópico, analisou-se historicamente a luta pela terra protagonizada pelo MST no Rio Grande do Sul, assim como a criação dos assentamentos rurais e a ascensão da agroecologia nesses territórios. Já no quarto tópico, abordou-se a territorialização da produção de hortaliças e arroz agroecológicos nos assentamentos rurais da RMPA. Por fim, no último tópico, analisou-se comercialização de alimentos agroecológicos através de mercados institucionais e camponeses.

### **Procedimentos Metodológicos**

Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica, pesquisa documental, levantamento e sistematização de dados quantitativos e produção de informações qualitativas. No que se refere à revisão bibliográfica, consultou-se obras que abordam as seguintes questões: subalternidade, resistência e autonomia camponesa e agroecologia. Na pesquisa documental, analisaram-se os documentos produzidos pelo Movimento sobre cooperativismo, com destaque para os Cadernos de Formação do MST disponíveis na Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira (<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/>). O terceiro procedimento metodológico consistiu no levantamento e sistematização de informações quantitativas sobre o número de famílias envolvidas na produção de hortaliças e arroz agroecológicos, além da área plantada desse último. Esses dados foram disponibilizados pelas cooperativas do MST. Por último foi utilizada uma técnica de pesquisa social, a entrevista semi-estruturada, na produção de informações qualitativas. As entrevistas podem ser caracterizadas como um procedimento de interação social no qual o objetivo do pesquisador é obter informações por parte dos entrevistados e, assim, produzir informações sobre o sujeito ou grupo social pesquisado.

### **Subalternidade e autonomia (relativa) camponesa**

Alguns oligopólios controlam a produção e a comercialização de alimentos e *commodities*. Ainda que esses oligopólios não dominem a produção agrícola, eles auferem renda da terra na circulação das mercadorias. Além disso, definem através do seu “pacote tecnológico” como os alimentos devem ser cultivados, determinando as técnicas e os tempos da produção camponesa. Dessa forma, embora os camponeses se relacionem com o mercado capitalista, essa é uma relação de subalternidade que mantém a maior parte dos camponeses na pobreza, levando-os ao endividamento e, em alguns casos, à perda de suas terras e, conseqüentemente, à migração. Como a subalternidade não é um processo linear, os camponeses resistem e lutam por autonomia.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

A autonomia camponesa reside na multiplicidade de alternativas construídas à subordinação, dependência e privação (PLOEG, 2010). Na atualidade, a resistência camponesa não é apenas uma forma de reação, mas também de produção, ação, inovação e capacidade de desenvolver novas potencialidades (NEGRI, 2006 *apud* PLOEG, 2010).

Na atualidade, as estratégias de autonomia são respostas construídas pelos camponeses à crise agrária em ascensão desde o processo de modernização da agricultura (PLOEG, 2010) ou ao regime alimentar corporativo (MCMICHAEL, 2007), um regime baseado na anulação biofísica (WEIS, 2007). Enquanto a condição da reprodução das relações de produção capitalistas é a permanente separação dos povos do campo das suas condições materiais de existência, além do modo de vida e produção, as experiências agroecológicas são construídas numa relação com a natureza, o patrimônio regional e a humanidade (PORTO-GONÇALVEZ, 2012). A produção de alimentos através da agroecologia se insere nessa lógica de lutas por autonomia. De acordo com Sevilla Guzmán (2006, p. 14) a agroecologia se resume a uma “agricultura socialmente más justa, económicamente viable y ecológicamente apropiada”.

Os camponeses do século XXI, além de compreenderem a terra enquanto capital ecológico, praticam a agricultura a partir da coprodução – interação e transformação mútua dos atores humanos e da natureza viva (PLOEG, 2010). A coprodução é dinâmica e pode resultar em diferentes experiências e inovações camponesas, melhorando a produtividade e a eficiência do modo de produção camponês (PLOEG, 2009; 2010). Quanto mais a agricultura é fundamentada no capital ecológico e na coprodução, menor é o custo monetário da produção e a subordinação do campesinato aos principais mercados de insumos químicos. A agroecologia, inserida nesta lógica (ALTIERI, 2010; SEVILLA-GUSMAN, 2007), constitui-se como uma das principais estratégias de autonomia do campesinato. O auto provisionamento também possibilita a redução da dependência de recursos externos e, ao mesmo tempo, amplia e melhora o estoque de recursos internos, incluindo o capital ecológico (PLOEG, 2009; 2010).

O capital ecológico, a coprodução e o auto provisionamento, assim como os mercados locais de comercialização de alimentos agroecológicos, são alternativas construídas pelos camponeses ao controle exercido pelos impérios alimentares (PLOEG, 2009; 2010). Quanto mais a unidade de produção camponesa se distancia dos grandes mercados a montante e a jusante, maior é a autonomia do campesinato. As experiências agroecológicas do MST na região metropolitana de Porto Alegre expressam a redução da dependência do campesinato ao capital comercial, industrial e financeiro, limitando a sujeição do campesinato ao capital (MCMICHAEL, 2006).

### **Da luta pela terra à ascensão da agroecologia**

A ocupação socioespacial do Rio Grande do Sul ocorreu a partir de quatro processos distintos, dos quais nos interessa dois, as ocupações do centro-sul e norte do estado. O primeiro processo teve início no século XVIII com a ocupação da porção centro-sul por portugueses, descendentes luso-brasileiros e militares através da doação de sesmarias, com o intuito de proteger as fronteiras do Brasil meridional (CHEVOTTI, 2009). Um século depois, essa área já era ocupada por aproximadamente 500 proprietários com até 13 mil hectares de terras (BRUM, 1987). A principal atividade econômica era a pecuária extensiva destinada à produção de charque. Nessa porção do território emergiu uma classe de latifundiários pastores, além de camponeses que se reproduziam nas estâncias (CHEVOTTI, 2009). O segundo processo ocorreu no século XIX com a ocupação do norte do estado por imigrantes europeus, sobretudo italianos e alemães. Nessa região a ocupação se deu através da formação de colônias onde predominavam pequenas propriedades familiares destinadas ao cultivo de gêneros agrícolas, à pecuária leiteira e à criação de aves e suínos.

A partir da década de 1960, com a modernização da agricultura, ocorreu a reorganização do espaço agrário sul-rio-grandense. A agricultura passou a depender menos da

natureza e mais das técnicas, no caso, das indústrias de agrotóxicos, maquinários e transformação. Os agricultores passaram a produzir matérias-primas para as indústrias, ou seja, aquilo que a indústria necessitava e da maneira como ela determinava. Enquanto no centro-sul houve a expansão da produção de arroz irrigado em consonância com a criação de gado; no norte houve o avanço da produção de trigo e soja, o primeiro destinado ao abastecimento do mercado interno e o segundo destinado, sobretudo, ao mercado externo (CHELOTTI, 2009). Pode-se afirmar que as lavouras de arroz, trigo e soja foram as responsáveis pela expansão da agricultura capitalista no Rio Grande do Sul. A modernização da agricultura resultou, dentre outras questões, na desterritorialização de camponeses posseiros, meeiros e arrendatários, além da concentração da propriedade da terra.

Uma parte dos camponeses desterritorializados migrou para os estados onde haviam projetos de colonização criados pelos governos militares, outra parte continuou no Rio Grande do Sul com o objetivo de conquistar um pedaço de terra. Com a contribuição da Igreja Católica, mais especificamente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os camponeses sem-terra começaram a se organizar politicamente. As CEBs eram espaços de socialização política onde os camponeses refletiam sobre a sua condição e se articulavam para lutar por terra (FERNANDES, 2000). É nesse contexto de modernização da agricultura e articulação dos camponeses sem-terra que no dia 07 de setembro de 1979 ocorreu a ocupação das glebas Macali e Brilhante no município de Ronda Alta/RS. Concomitantemente a essa ocupação, outras foram realizadas nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Essas lutas fazem parte do processo de gestação do MST, que corresponde ao período de 1979 a 1983<sup>4</sup>. As ocupações que deram origem ao Movimento representaram a retomada das lutas pela terra interrompidas pela ditadura militar a partir de 1964 (TARROW, 1994).

No caso do Rio Grande do Sul, depois das ocupações das glebas Macali e Brilhante e, mais tarde, da Fazenda Anoni, cujas famílias remanescentes deram origem ao acampamento Encruzilhada Natalino, localizado na estrada que ligava Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo, algumas famílias de camponeses foram assentadas. Mais tarde, em 1982, cerca de 100 camponeses sem-terra organizados no Centro-Sul do país realizaram o primeiro encontro regional em Medianeira/PR. Dois anos depois, ocorreu o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Cascavel/PR. Nesse encontro ocorreu a unificação das lutas camponesas e a oficialização do Movimento. Nasce o MST, um movimento de luta pela terra e reforma agrária.

Com a consolidação do MST, as ocupações de terra se intensificaram no Rio Grande do Sul (ver tabela 1). Nos anos de 1988 e 1989 ocorreram 12 ocupações de terra com 2.435 famílias. As ocupações se concentraram na região noroeste do estado, nos municípios de Jóia, São Miguel das Missões, Cruz Alta, Ronda Alta, Passo Fundo, entre outros. No decorrer da década de 1990, ocorreram 75 ocupações de terra com 28.066 famílias. Nesse período, o movimento das ocupações de terra ocorreu sentido a RMPA e campanha gaúcha, alcançando os municípios de Bagé, Hulha Negra e Santana do Livramento, próximos da fronteira com o Uruguai. Já na década de 2000, ocorreram 127 ocupações de terra com 29.634 famílias. Por fim, entre 2010 e 2015 ocorreram 59 ocupações de terra com 8.125 famílias. Nesses últimos 15 anos as ocupações de terra ocorreram em praticamente todas as regiões do estado.

**Tabela 1** – Rio Grande do Sul – Número de ocupações de terra e famílias em ocupações – 1988-2015

<b>Ano</b>	<b>Ocupações de terra</b>	<b>Famílias em ocupações</b>
------------	---------------------------	------------------------------

<sup>4</sup> Op. Cit.

1988	2	740
1989	10	1.695
1990	2	405
1991	7	2.903
1992	15	2.165
1993	5	1.506
1994	3	1.130
1995	1	802
1996	4	4.926
1997	6	3.056
1998	12	5.225
1999	20	5.948
2000	12	3.120
2001	18	6.942
2002	19	3.645
2003	11	2.190
2004	12	2.193
2005	12	2.405
2006	9	3.591
2007	15	2.207
2008	12	2.215
2009	7	1.126
2010	2	65
2011	10	1.081
2012	8	363
2013	6	450
2014	21	2.707
2015	12	3.459
<b>Total</b>	<b>273</b>	<b>68.260</b>

Fonte: DATALUTA, 2017.

No total, entre 1988 e 2015, ocorreram 273 ocupações de terra com 68.260 famílias, sendo a maior parte organizada pelo MST. Como resultado dos processos de luta pela terra, e também da política de reforma agrária dos governos federal e estadual, no período de 1975 a 2015, foram criados 344 assentamentos rurais com 13.810 famílias (ver tabela 2). Pode-se notar que o número de assentamentos rurais criados é superior ao número de ocupações de terra. Entretanto, o número de famílias assentadas é bem menor do que o de famílias em ocupações de terra. Demonstrando, por um lado, a expressiva demanda por terra no estado e, por outro lado, a ineficaz política de reforma agrária, que não contempla todos aqueles que se mobilizam pelo acesso a terra.

**Tabela 2** – Número de assentamentos rurais e famílias assentadas – 1975-2015

<b>Ano</b>	<b>Assentamentos rurais</b>	<b>Famílias assentadas</b>
1986	5	468

1987	3	153
1988	3	167
1989	2	248
1990	0	0
1991	1	23
1992	5	255
1993	1	25
1994	5	316
1995	5	368
1996	24	1.047
1997	32	1.161
1998	29	1.711
1999	67	1.835
2000	32	1.100
2001	41	1.612
2002	25	641
2003	4	170
2004	3	39
2005	6	260
2006	10	399
2007	8	327
2008	11	736
2009	7	296
2010	4	136
2011	1	34
2012	2	29
2013	1	14
2014	5	92
2015	2	148
<b>Total</b>	<b>344</b>	<b>13.810</b>

Fonte: DATALUTA, 2017.

Os assentamentos rurais promoveram outra reorganização do espaço agrário sul rio-grandense. Na campanha, onde predominava o latifúndio, tem-se a territorialização da agricultura camponesa. Todavia, conforme os assentamentos rurais foram sendo criados, novos desafios surgiram aos camponeses assentados e, conseqüentemente, ao MST, dos quais se destaca a produção agropecuária. Após a oficialização do Movimento essa questão passou a ser debatida, além de questões sobre infraestrutura, crédito, comercialização, saúde, educação, entre outras.

A partir de 1986, as discussões sobre cooperação agrícola se intensificaram no âmbito do MST. Nesse mesmo ano ocorreu o primeiro encontro nacional dos assentados. No evento os camponeses debateram a possibilidade de criar um movimento de assentados. Porém, concluíram que a desagregação dos camponeses não era a solução para a viabilidade socioeconômica dos assentamentos rurais (FERNANDES, 2000). Pensando nessa questão, criaram uma Comissão Nacional de Assentados que se reuniu com os membros do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em Brasília. O objetivo da reunião era discutir um

programa de crédito voltado para o público assentado. Em 1986 foi criado o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA).

Nesse mesmo período, a Comissão Nacional de Assentados se transformou em um setor do Movimento com o intuito de discutir a produção agropecuária nos assentamentos rurais, assim como a formação técnica dos assentados. Em 1988 foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). O sistema era formado por Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), Cooperativas de Crédito (CC), além das centrais de cooperativas estaduais. Depois de algumas dessas cooperativas terem sido criadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Bahia e Ceará, em 1992 foi criada a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). O intuito do Movimento era construir um cooperativismo diferente do tradicional, que se preocupa apenas com questões econômicas.

Entretanto, de acordo com Navarro (1998), o cooperativismo implantado pelo MST se baseava no modelo introduzido pela Revolução Verde, que se resumia a agricultura intensiva em capital e ao elevado consumo de insumos industriais. Em pesquisa realizada em meados da década de 1990 em alguns assentamentos rurais do Rio Grande do Sul, Riedl e Navarro (1998) concluíram que 90,3% dos assentados utilizavam adubo químico, 65% utilizavam defensivos agrícolas e 72% trabalham a terra de maneira individual. De acordo com Navarro (1998), o modelo cooperativista elaborado pelo MST não deixou espaço para propostas mais interessantes à agricultura de base familiar.

É nesse contexto de construção do cooperativismo que surgem importantes cooperativas do MST na RMPA, como a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre (COOTAP), a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos do MST (COPTTEC), a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita (COPAN), a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda (COPAC), a Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COOPERAV) e a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS).

No final dos anos 1990, com o esgotamento do modelo cooperativista em virtude de uma série de dificuldades enfrentadas pelos assentados, como crise econômica na produção convencional, dependência de insumos agrícolas, preços de mercado desfavoráveis, o MST começou a repensar a questão da viabilidade econômica dos assentamentos rurais. É nesse contexto que o Movimento começa a discutir métodos e tecnologias alternativas baseadas em um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Já no final da década de 1990 alguns assentados iniciam o processo de transição agroecológica dos seus cultivos. As cooperativas existentes passam por um processo de reestruturação visando produzir alimentos agroecológicos, ao invés de *commodities*.

Mais recentemente, em consonância com as práticas agroecológicas, o MST decidiu no seu último congresso nacional investir no diálogo com os trabalhadores urbanos através do alimento. Para isso, o Movimento tem organizado diferentes espaços de comercialização de alimentos. São lojas da reforma agrária, cestas agroecológicas, feiras regionais, estaduais e a feira nacional da reforma agrária. Esses espaços buscam além da comercialização de alimentos o diálogo com a sociedade sobre a importância da reforma agrária na produção de alimentos saudáveis e com preços justos.

### **A territorialização da produção de hortaliças e arroz agroecológicos nos assentamentos rurais**

O cultivo de hortaliças agroecológicas nos assentamentos rurais da RMPA teve início nos anos 1990, primeiro para autoconsumo, depois para a comercialização. Nestes últimos anos,

com a expansão dos mercados institucionais e, de certa forma, dos mercados camponeses, esse tipo de cultivo aumentou significativamente. As famílias produtoras se organizam em grupos gestores que têm como objetivo organizar e qualificar a produção e a certificação, discutindo a produção de mudas e sementes, a organização das agroindústrias e os espaços de comercialização. Em 2017 foi inaugurada uma agroindústria de vegetais “Terra Livre” no assentamento Itapuí, em Nova Santa Rita, com o intuito de beneficiar a produção dos assentados e, dessa forma, alcançar novos mercados.

No caso das hortaliças agroecológicas as famílias assentadas possuem autonomia em todo o processo produtivo. As famílias produzem as mudas e as sementes, distribuindo ou comercializando com as famílias que não as produzem, cultivam as hortaliças agroecologicamente, algumas se organizam no processo de certificação participativa, no qual as próprias famílias certificam a produção umas das outras. Já no que se refere à comercialização o principal mercado é o institucional, mas as famílias também organizam cestas agroecológicas, participam de feiras agroecológicas e comercializam seus produtos na Loja da Reforma Agrária, localizada no Mercado Público de Porto Alegre.

Conforme os quadros abaixo, 77 famílias assentadas certificam a sua produção via OCS e 81 famílias via OPAC, que é organizado pela COCEARGS. No total, são 158 famílias assentadas que possuem o selo de produção agroecológica. Provavelmente esse número é bem maior, todavia, são somente essas famílias as certificadas na RMPA.

**Quadro 1 – Número de grupos e famílias que produzem hortaliças certificadas via OCS**

<b>Município</b>	<b>Número de grupos</b>	<b>Número de famílias</b>
<b>Viamão</b>	04	30
<b>Nova Santa Rita</b>	06	35
<b>Eldorado do Sul</b>	03	12
<b>Total</b>	13	77

Fonte: COOTAP, 2017.

**Quadro 2 – Número de grupos e famílias que produzem hortaliças certificadas via OPAC/COCEARGS**

<b>Município</b>	<b>Número de grupos</b>	<b>Número de famílias</b>
<b>Eldorado do Sul</b>	03	21
<b>Guaíba</b>	01	02
<b>São Jeronimo</b>	01	05
<b>Encruzilhada</b>	01	06
<b>Nova Santa Rita</b>	03	22
<b>Viamão</b>	04	22
<b>Viamão/Nova Santa Rita (Agroindústrias)</b>	01	03
<b>Total</b>	14	81

Fonte: COOTAP, 2017.

A certificação via OCS ocorre mediante a contratação de uma certificadora por auditoria. Os custos são estabelecidos em contrato. Por sua vez, a certificação via OPAC ocorre através da participação dos produtores em grupos ou núcleos que realizam reuniões periódicas para garantir a qualidade agroecológica dos seus produtos.

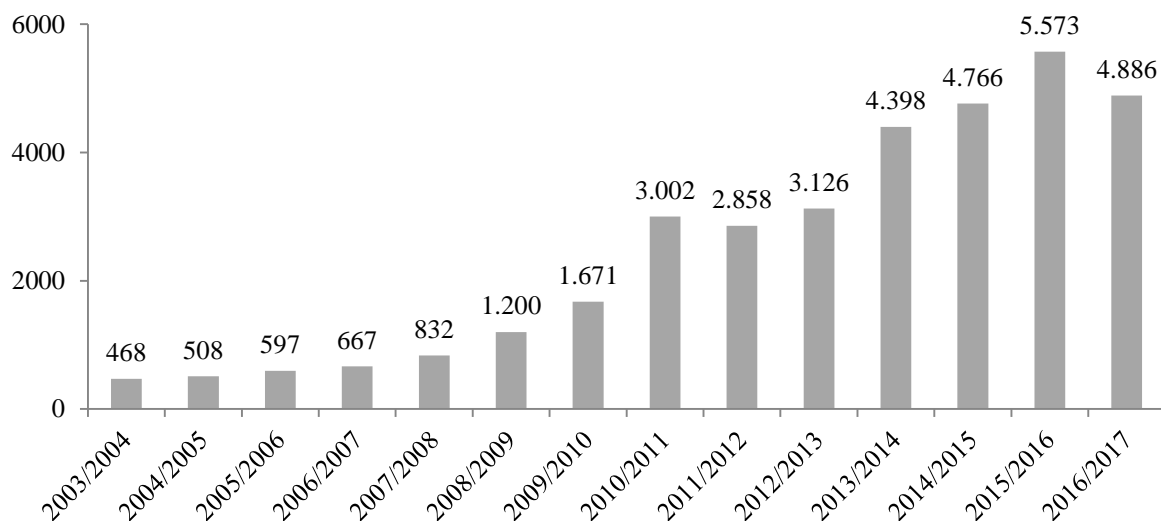
Já o arroz agroecológico começou a ser produzido no final da década de 1990 por um pequeno grupo de assentados. Alguns fatores explicam isso, como a crise econômica na produção de arroz convencional, o endividamento das famílias produtoras (CAMPOS e MEDEIROS, 2014), os problemas de saúde enfrentados pelos camponeses na lavoura, como a



intoxicação, e o conhecimento adquirido pelos assentados no cultivo das hortaliças agroecológicas. Em 2002 ocorreu o Primeiro Seminário do Arroz Ecológico, onde as ações da COOTAP foram reorientadas para a secagem/armazenamento e comercialização desse tipo de arroz (MARTINS, 2016). Depois disso, é criado o Grupo Gestor do Arroz Ecológico, cujo objetivo é organizar a produção, a troca de experiências entre os produtores, a negociação com as instituições públicas e privadas, além da sistematização dos dados sobre a produção de arroz. Os grupos gestores funcionam como espaços de diálogo (MATÍNEZ-TORRES e ROSSET, 2014), baseados na metodologia campesino a campesino (HOLT-GIMÉNEZ, 2006), em que os camponeses podem trocar experiências, avaliar os resultados das produções, socializar os avanços, assim como os desafios.

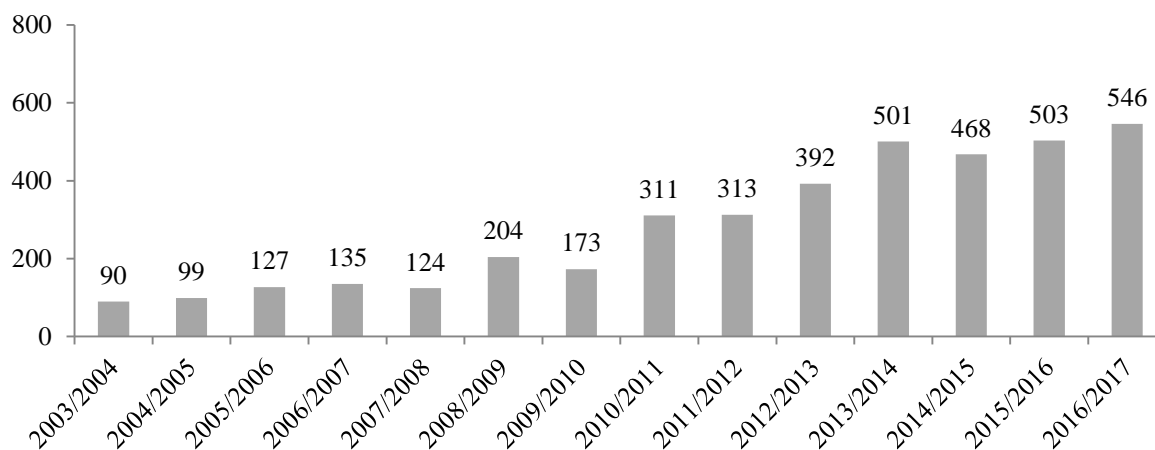
De acordo com o gráfico 1, a área plantada de arroz agroecológico aumentou significativamente, com exceção das safras 2011/2012 e 2016/2017, nas quais houve uma pequena queda.

**Gráfico 1 – Evolução da área plantada de arroz agroecológico (em hectares)**



No que se refere ao número de famílias assentadas envolvidas na produção de arroz agroecológico, passou-se de 90 famílias na safra 2003/2004 para 546 na safra 2016/2017, um aumento que evidencia o interesse das famílias assentadas em produzir alimentos agroecológicos, além da importância que esse tipo de cultivo adquiriu nestes últimos anos. Considerando-se que são 1.172 famílias assentadas na RMPA, quase metade produz arroz agroecológico. Uma quantidade expressiva.

**Gráfico 2 – Evolução do número de famílias que produzem arroz agroecológico**



Fonte: COOTAP, 2017.

Atualmente, além das famílias assentadas, cooperativas como a COOTAP, a COPTEC, a COPAN, a COPAC, a COPERAV e a COCEARGS estão envolvidas no cultivo de arroz agroecológico, na prestação de serviços técnicos, na disponibilização de sementes e maquinários, na secagem, armazenamento e beneficiamento e na certificação, que desde 2011 é realizada via OPAC.

Além das cooperativas, algumas instituições e políticas públicas foram fundamentais para a territorialização do arroz agroecológico, como a Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); o Projeto de Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva dos Assentamentos criado em 2011 pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que teve como objetivo qualificar a infraestrutura dos assentamentos rurais, permitindo a reprodução das famílias na terra, e aperfeiçoar e diversificar as atividades agropecuárias, além de valorizar a produção agroecológica, as cadeias produtivas familiares e as cooperativas; e o Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa, também conhecido como Programa Camponês, que tem como objetivo investir na produção, transporte, industrialização e comercialização de alimentos agroecológicos oriundos da agricultura camponesa. Também prevê a construção de indústrias de insumos orgânicos e de estruturas urbanas para armazenamento e distribuição dos alimentos aos trabalhadores que residem na cidade e a ampliação da participação dos agricultores nos mercados institucionais.

### **A comercialização de alimentos agroecológicos: mercados institucionais e mercados camponeses**

A comercialização das hortaliças e arroz agroecológicos ocorre, principalmente, por intermédio de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além desses, nestes últimos anos, em parte devido aos cortes orçamentários que os dois programas estão sofrendo, os assentados estão investindo na construção de mercados camponeses, como feiras agroecológicas, cestas agroecológicas e lojas da reforma agrária. Ambos os mercados são fundamentais para a agricultura camponesa e são compreendidos por Ploeg *et al* (2012) como *nested markets*, uma alternativa aos mercados globais controlados por impérios alimentares (VAN DER PLOEG, 2010).

Conforme a tabela 3, parte significativa dos assentados gaúchos foi contemplada com o PAA entre 2010 e 2015. O programa atingiu o seu auge em 2011 e 2012 e desde então o número de beneficiários está diminuindo, chegando a 1.356 em 2015, o menor número no período.

**Tabela 3 – Assentados beneficiários do PAA – 2010-2015**

Região/ UF	Ano					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Norte</b>	<b>928</b>	<b>580</b>	<b>1.378</b>	<b>958</b>	<b>857</b>	<b>695</b>
AC	292	62	186	222	45	219
AM	56	110	127	117	197	61
AP	265	140	345	214	235	87
PA	170	34	230	3	43	56
RO	11	12	28	8	30	10
RR		2	116	95	42	94
TO	134	220	346	299	265	168
<b>Nordeste</b>	<b>1.593</b>	<b>3.119</b>	<b>4.309</b>	<b>2.238</b>	<b>1.906</b>	<b>1.867</b>
AL	66	195	563	304	446	484
BA	579	484	821	403	538	342
CE	337	107	70			2
MA	22	223	618	207		
PB	101	154	407	587	759	391
PE	15	1.183	113	78	47	46
PI	108	257	510	401	80	423
RN	207	240	697	195	26	64
SE	158	276	510	63	10	115
<b>Sudeste</b>	<b>1.455</b>	<b>5.743</b>	<b>11.122</b>	<b>4.245</b>	<b>6.509</b>	<b>2.297</b>
ES	68	176	410	131	249	205
MG	370	190	862	39	114	115
RJ	29	80	237	37	93	
SP	988	5.297	9.613	4.038	6.053	1.977
<b>Sul</b>	<b>4.352</b>	<b>6.013</b>	<b>9.906</b>	<b>3.108</b>	<b>2.309</b>	<b>2.188</b>
PR	1.712	1.943	3.998	1.212	522	540
RS	1.671	2.481	2.872	1.424	1.735	1.356
SC	969	1.589	3.036	472	52	292
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.421</b>	<b>1.896</b>	<b>3.905</b>	<b>2.100</b>	<b>1.371</b>	<b>1.133</b>
DF				4	29	33
GO	206	231	413	306	402	339
MS	490	905	1.443	1.182	281	541
MT	725	760	2.049	608	659	220
<b>Total</b>	<b>9.749</b>	<b>17.351</b>	<b>30.620</b>	<b>12.650</b>	<b>12.952</b>	<b>8.180</b>

Fonte: CONAB, 2016.

Já no quadro a seguir é possível observar em quais feiras da RMPA os assentados comercializam as hortaliças e o arroz agroecológicos. São ao todo 24 feiras. Embora esses mercados sejam importantes, apenas alguns assentados conseguem participar.

**Quadro 3 – Feiras agroecológicas que os assentados comercializam seus produtos na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2017**

<b>Nome</b>	<b>Município</b>
Feira da Auxiliadora	Porto Alegre
Feira Menino Deus	Porto Alegre
Feira do Petrópolis	Porto Alegre
Feira da Tristeza	Porto Alegre
Feira do Bom Fim	Porto Alegre
Feira Três Figueiras	Porto Alegre
Feira Mulheres da Terra (UFRGS)	Porto Alegre
Feira Terra Íntegra (Ipanema)	Porto Alegre
Feira Coletivo Mãos na Terra (UFRGS Campus Saúde)	Porto Alegre
Feira Agroecológica da PUC-RS	Porto Alegre
Feira Orgânica do Centro Administrativo Fernando Ferrari	Porto Alegre
Feira Orgânica no INCRA	Porto Alegre
Feira Orgânica no IPA	Porto Alegre
Feira de Orgânicos e Colônias	Porto Alegre
Feira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Mercado Orgânico/Terraço I <i>Fashion Outlet</i>	Novo Hamburgo
Sem Informação	Canoas
Feira do Guajuvira	Canoas
Feira da Igara	Canoas
Feira Orgânica no INCRA	Canoas
Feira da Inconfidência	Canoas
Sem Informação	Nova Santa Rita
Sem Informação	Nova Santa Rita
Sem Informação	Taquari

Fonte: COOPTEC, 2016; Página do MST, 2017.

Outro espaço de comercialização importante é a loja da reforma agrária localizada no mercado público de Porto Alegre. Lá é possível encontrar tanto as hortaliças como o arroz. Além disso, o arroz também é comercializado no Armazém do Campo, loja inaugurada pelo MST na cidade de São Paulo em 2016.

Os mercados camponeses favorecem tanto o agricultor como o consumidor, pois o primeiro consegue um lucro maior nas vendas diretas, eliminando o capital comercial e, o segundo, adquire produtos de qualidade por um preço menor do que o das redes de supermercados. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Kairós (2015)<sup>5</sup> concluiu que os alimentos agroecológicos comercializados em feiras ou através de Grupos de Consumo Responsável (GCR), alimentos com procedência conhecida (CAMPBELL, 2009), são mais baratos que os alimentos agroecológicos e convencionais comercializados em supermercados. Nestes mercados locais, a riqueza social produzida pelos camponeses é distribuída à população de maneiras novas e mais justas (PLOEG, 2010).

### **Considerações finais**

O objetivo deste artigo foi analisar a produção e comercialização de alimentos agroecológicos em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. A produção de alimentos a partir da agroecologia e, mais recentemente, a comercialização desses alimentos através de

<sup>5</sup> Disponível em: <http://institutokairos.net/wp-content/uploads/2016/04/Pesquisa-Completa.pdf>.

mercados institucionais e mercados camponeses se inserem em um contexto de lutas por autonomia, ainda que relativa. A agroecologia permite que os camponeses dependam cada vez menos dos mercados globais.

No final da década de 1980 o Movimento investiu em um cooperativismo voltado para a agricultura intensiva em capital e elevado consumo de insumos agrícolas. Depois de perceber que esse não era o caminho para a agricultura camponesa, passou a investir na transição agroecológica. Atualmente, o modelo produtivo do MST é a agroecologia. Além da produção, o Movimento passou a investir na construção de mercados camponeses, com o objetivo de dialogar com a sociedade sobre a importância da reforma agrária na produção de alimentos livre de agrotóxicos.

A produção e comercialização de hortaliças e arroz agroecológicos demonstram a resistência e luta dos camponeses assentados na tentativa de depender cada vez menos do capital industrial e comercial. São duas importantes experiências do Movimento no Rio Grande do Sul. O arroz é, inclusive, a principal experiência agroecológica da América Latina.

## Referências

ALTIERI, Miguel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**. ano 16, n. 06. Presidente Prudente, 2010.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAMPBELL, H. Breaking New Ground in Food Regime Theory: Corporate Environmentalism, Ecological Feedbacks and the Food from Somewhere Regime? **Agriculture and Human Values**, v. ou n.26, p.309-19, 2009.

CAMPOS, C. S.; MEDEIROS, R. M. V. Avanços e contradições da produção orgânica nos assentamentos - o caso do arroz na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. **Assentamentos rurais, território, produção**: novas alternativas no Rio Grande do Sul. 1ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se**: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007). 288f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2009.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARTINS, A. A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista NERA**, ano 19 n.31, 32-50, 2016.

MARTÍNEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. Diálogo de saberes in La Via Campesina: food sovereignty and agroecology. **The Journal of Peasant Studies**. v. 41, n. 6. Routledge, UK, 2014.

MCMICHAEL, P. Peasant prospects in the neoliberal age. **Nem Political Economy**, vol. 11, n.03, 2006.

NAVARRO, Zander. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio. **A formação**

**dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Editora UFRGS/CPDA, Porto Alegre/Rio de Janeiro, 1998.

NEGRI, A. **Movimento nell’Impero, passagi e peasaggi.** Milano: Rafeallo Cortina Editore, 2006.

PLOEG, J. D. The Peasantries of the Twenty-First Century: the Commoditization Debate Revisited. **The Journal of Peasant Studies**, v.37, n.1, p.1-30, 2010.

\_\_\_\_\_. **The New Peasantries: Struggles for Autonomy and Sustainability in an Era of Empire and Globalization.** Londres: Earthscan, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **INTERthesis**, v.09, n.01, 2012.

RIEDL, M.; NAVARRO, Z. Reforma agrária na região sul. In: SCHMIDT, Benício Viero et al. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Editora UnB, Brasília, 1998.

SEVILLA GUZMAN, E. **De la sociología rural a la agroecología.** Barcelona: Ediciones Icaria, 2007.

\_\_\_\_\_. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re”construcción de la soberanía alimentaria. **Revista Agroecología**, n. 1, 2006.

TARROW, S. **Power in movement: social movements, collective action and politics.** Cambridge: Cambrige University Press, 1994.

WEIS, T. **The global food economy. The battle for the future of farming.** London: Zed Books, 2007.